

MEMORANDO INTERNO Nº 28/2023

De: Setor de Compras, Licitações e Contratos

Para: Diretoria Jurídica

Assunto: Pedido de reequilíbrio econômico-financeiro cumulado com cancelamento de item – Pregão Eletrônico – SRP – nº 20/2022

Interessado: DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES EIRELI - ARP Nº 131/2022

Encaminho para Parecer Jurídico a solicitação da empresa DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES EIRELI, sobre o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro cumulado com cancelamento do item **Nº 162 - ENOXAPARINA SÓDICA 40 MG/0,4 ML**. Informo que o último volume do processo de licitação já se encontra neste departamento jurídico.

Após, à Diretora Executiva para decisão final.

Atenciosamente,

Presidente Prudente, 30 de janeiro de 2023



MARCEL DOS SANTOS CARDOSO
Chefe do Setor de Compras, Licitações e Contratos

RECEBIDO EM:

31/01/2023

ASS: B. da Silva

Elton Rodrigo de Castro Garcez
Assistente Jurídico
OAB/SP 369.076

De: Backes Distribuidora <financeiro.delly@gmail.com>
Enviado em: segunda-feira, 30 de janeiro de 2023 09:39
Para: licitacaocompra@ciop.sp.gov.br; smsrf1922@gmail.com;
comprasjr@joaoramalho.sp.gov.br; compras.saude@iepe.sp.gov.br;
compras@alvaresmachado.sp.gov.br; smstaciba.farmacia@hotmail.com;
compras@martinopolis.sp.gov.br; comprasfarmacia@pirapozinho.sp.gov.br;
indianafarma@gmail.com; paulocj22@hotmail.com;
medicamentos.sandovalina@hotmail.com;
farmacia.saude@narandiba.sp.gov.br; smsflora@bol.com.br;
licitacaofp@terra.com.br; saudeexpedito@hotmail.com;
farmaciapmpe@gmail.com; farmaciacentralanhumas@gmail.com
Assunto: Pedido de reequilíbrio econômico financeiro
Anexos: ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 131 - DISTRIB. BACKES - VIGÊNCIA
16-09-2022 A 15-03-2023 (1).pdf; REEQUILIBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO
CIOP ASSINADO.pdf

Bom dia!!

Segue em anexo pedido de reequilíbrio econômico financeiro referente ao pregão PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2022 - CIOP, favor acusar recebimento.

--

Att.,

FAVOR CONFIRMAR O RECEBIMENTO DESTA E-MAIL.



Jeferson | Financeiro

Distribuidora de Medicamentos Backes Eireli

CNPJ: 25.279.552/0001-01

Fones: (45)3251-1461 / 99916-0366 / 99931-6952

Endereço: CH 32, Gleba 5-A, Prolongamento da
Rua Trindade, Ouro Verde do Oeste/PR



DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES EIRELI - ME
CHÁCARA 32 GLEBA 5-A PROLONGAMENTO DA RUA TRINDAD, ZONA RURAL, MUNICÍPIO DE
OURO VERDE DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ – CEP 85.933-000.
E-mail: dellydistribuidora@gmail.com
INSC. ESTADUAL: 90727249-49
CNPJ: 25.279.552/0001-01
Tel. (045) 3251-1461

REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 131/2022

REF. - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2022 - CIOP

PROCESSO Nº 25/2022-CIOP

A empresa DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES EIRELI – ME, inscrita no CNPJ sob o nº 25.279.552/0001-01, com sede na Chácara 32 Gleba 5-A Prolongamento da Rua Trindad, Zona Rural, Município de Ouro Verde do Oeste, Estado do Paraná – CEP 85.933-000, por intermédio de seu representante legal MAICON ULIANS BACKES, inscrito no CPF sob o nº 040.825.149-29, vem por meio desta solicitar o **REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO** dos itens do processo em epígrafe, nos termos do Art. 65 da Lei Federal n.º 8.666/93 e dos artigos 17 e 19 do Decreto Federal 7.892/2013.

1. DO DIREITO

O equilíbrio da equação econômico-financeira do contrato, assegurado pela própria Constituição da República (art. 37, inc. XXI), é elemento vital dos contratos administrativos e assegura especialmente ao particular a garantia de não ver-se prejudicado diante dos riscos de prejuízos advindos de situação incerta, excepcional e futura.

A Lei Federal n.º 8.666/93 garante o reajuste dos preços firmados em contratos públicos em casos de aumentos de preços que possam representar álea econômica, conforme descrito.

LEI FEDERAL 8.666/93 – ART. 65

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:



DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES EIRELI - ME
CHÁCARA 32 GLEBA 5-A PROLONGAMENTO DA RUA TRINDAD, ZONA RURAL, MUNICÍPIO DE
OURO VERDE DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ – CEP 85.933-000.
E-mail: dellydistribuidora@gmail.com
INSC. ESTADUAL: 90727249-49
CNPJ: 25.279.552/0001-01
Tel. (045) 3251-1461

II - por acordo das partes:

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem atos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994).

Cabe ressaltar notar que a medida já faz parte de comentários de ilustres juristas e doutrinadores da Pátria:

HELY LOPES MEIRELLES: "O equilíbrio financeiro ou equilíbrio econômico do contrato administrativo, também denominado equação econômica ou equação financeira, é a relação que as partes estabelecem inicialmente, no ajuste, entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração da obra, do serviço ou do fornecimento. Em última análise, à a correlação entre o objeto do contrato e sua remuneração, originariamente prevista e fixada pelas partes em números absolutos ou em escala móvel. Essa correlação deve ser conservada durante toda a execução do contrato, mesmo que alteradas as cláusulas regulamentares da prestação ajustada, afim de que se mantenha a equação financeira ou, por outras palavras, o equilíbrio econômico-financeiro do contrato (Lei 8.666/93, art. 65, II "d", e § 6º). "(Licitação e contrato administrativo editora Malheiros 12ª edição pg. 181.)

2. DOS FATOS

É de conhecimento amplo que estamos vivenciando um cenário extremamente delicado com o avanço do contágio do COVID-19, assunto presente nos diversos meios de comunicação, cuja abrangência tem sido mundial:



DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES EIRELI - ME
CHÁCARA 32 GLEBA 5-A PROLONGAMENTO DA RUA TRINDAD, ZONA RURAL, MUNICÍPIO DE
OURO VERDE DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ – CEP 85.933-000.
E-mail: dellydistribuidora@gmail.com
INSC. ESTADUAL: 90727249-49
CNPJ: 25.279.552/0001-01
Tel. (045) 3251-1461

A presente crise também tem dificultado consideravelmente a importação de insumo e matéria-prima para fabricação de medicamentos, conforme noticiado:

- 1) *Coronavírus: Falta de matérias-primas pode prejudicar fabricação de remédios no Brasil.* (<http://noticiasgoias.com.br/noticia/titulo?titulo=coronav-rus--falta-de-mat-rias-primas-pode-prejudicar-fabrica--o-de-rem-dios-no-brasil&id=2214>)
- 2) *Coronavírus Poderá Causar Falta De Medicamentos No Brasil* (<https://epoca.globo.com/colunistas/artigo-coronavirus-podera-causar-falta-de-medicamentos-no-brasil-24298927>)
- 3) *Parte das matérias-primas para medicamentos vindas da China não chegam ao Brasil* (<https://valorinveste.globo.com/mercados/internacional-e-commodities/noticia/2020/03/03/parte-das-materias-primas-para-medicamentos-vindas-da-china-nao-chegam-ao-brasil.ghtml>)

O país tem passado pelo maior aumento nos preços dos combustíveis em sua história, impactando fortemente os custos das mercadorias:

- 4) *Parte das matérias-primas para medicamentos vindas da China não chegam ao Brasil* (<https://valorinveste.globo.com/mercados/internacional-e-commodities/noticia/2020/03/03/parte-das-materias-primas-para-medicamentos-vindas-da-china-nao-chegam-ao-brasil.ghtml>)
- 5) *Preço do diesel aumenta mais de 15% nas bombas, diz levantamento* (<https://motorshow.com.br/preco-do-diesel-aumenta-mais-de-15-nas-bombas-diz-levantamento/>)
- 6) *Gasolina, diesel e etanol ficam mais caros na 2ª semana de março, diz ANP* (<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2022/03/11/preco-dos-combustiveis-nos-postos-de-gasolina.htm>)
- 7) *Preço de tudo vai subir? Confira os impactos do aumento do preço do combustível* (<https://fdr.com.br/2022/03/14/preco-de-tudo-vai-subir-confira-os-impactos-do-aumento-do-preco-do-combustivel/>)
- 8) *Petrobras reajusta preços da gasolina, diesel e gás de cozinha* (<https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/03/10/petrobras-anuncia-reajuste-nos-precos-de-gasolina-e-diesel.ghtml>)

O cenário geopolítico também vem afetando o mercado. A guerra entre Rússia e Ucrânia tem afetado diretamente a economia global:



DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES EIRELI - ME
CHÁCARA 32 GLEBA 5-A PROLONGAMENTO DA RUA TRINDAD, ZONA RURAL, MUNICÍPIO DE
OURO VERDE DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ – CEP 85.933-000.
E-mail: dellydistribuidora@gmail.com
INSC. ESTADUAL: 90727249-49
CNPJ: 25.279.552/0001-01
Tel. (045) 3251-1461

- 9) Guerra pode “alterar fundamentalmente” ordem econômica e política globais, diz FMI (<https://www.cnnbrasil.com.br/business/guerra-pode-alterar-fundamentalmente-ordem-economica-e-politica-globais-diz-fmi/>)
- 10) Guerra na Ucrânia trará efeitos de longo prazo ao Brasil (<https://istoe.com.br/guerra-na-ucrania-trara-efeitos-de-longo-prazo-ao-brasil/>)
- 11) Como a guerra entre Rússia e Ucrânia afeta a economia do Brasil (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/02/entenda-como-a-guerra-na-ucrania-afeta-a-economia-do-brasil.shtml>)
- 12) Guerra na Ucrânia: sanções financeiras à Rússia podem levar mundo à recessão? (<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-60564955>)
- 13) Como a guerra Rússia x Ucrânia atinge a economia brasileira (<https://canaltech.com.br/negocios/como-a-guerra-russia-x-ucrania-atinge-a-economia-brasileira-210139/>)

Os fatos noticiados são de conhecimento global e os impactos afetam diretamente o contrato em execução, tornando inviável a execução do contrato em epígrafe sem que haja ajustes capazes de equilibrarem a relação contratual.

Os efeitos da pandemia da COVID-19, se apresentando na forma de uma crise sem precedentes, com características e efeitos econômicos semelhantes aos das duas grandes guerras do Século XX - aliás, diga-se de passagem, foram nas grandes guerras que os doutrinadores e os tribunais de todo o mundo se debruçaram na conformação da teoria da imprevisão e dos conceitos de caso fortuito e força maior.

A pandemia do corona vírus também se enquadra nos conceitos de caso fortuito e força maior previstos em lei, hipóteses em que, mesmo havendo o cumprimento diferenciado da obrigação por uma das partes, esta não responde por eventuais inconvenientes causados à outra.

Direito este reconhecido Constitucionalmente e tão necessário neste momento delicado, que exige solidariedade e bom senso para que os anseios públicos sejam atendidos em circunstâncias tão adversas.

3. DO RELATÓRIO



DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES EIRELI - ME
CHÁCARA 32 GLEBA 5-A PROLONGAMENTO DA RUA TRINDAD, ZONA RURAL, MUNICÍPIO DE
OURO VERDE DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ – CEP 85.933-000.
E-mail: dellydistribuidora@gmail.com
INSC. ESTADUAL: 90727249-49
CNPJ: 25.279.552/0001-01
Tel. (045) 3251-1461

Os valores ofertados na presente licitação, realizada em data anterior ao avanço da pandemia no país, tornaram-se totalmente impraticáveis e desatualizados, sendo necessário reequilibra-los para evitar álea econômica, mantendo a margem de lucro inicial.

O valor firmado em contrato tornou-se totalmente impraticável e desatualizado, sendo necessário reequilibra-lo para evitar álea econômica, mantendo a margem de lucro inicial.

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA/ MODELO	COMPROV. (ANEXOS)	CUSTO ANTERIOR (R\$)	CUSTO ATUAL (R\$)	PERCENTUAL DO AUMENTO (%)	COMPROV. (ANEXOS)	VALOR OFERTADO	VALOR SUGERIDO
162	ENOXAPARINA SÓDICA 40 MG/0,4 ML	MYLAN	NF 7635 ANEXO 1	13,8100	15,0000	8,6100	NF 7829 ANEXO 2	15,7900	17,1400

Conforme demonstrado nos dados acima, a presente solicitação visa manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época.

Assim, diante dos fatos e fundamentos expostos, fica admitido o pleito o qual deverá ser considerado pela administração.

Importante esclarecer à Administração que não está sendo pleiteado reajustes de preços e sim a devida recomposição financeira, o qual jamais poderá ser confundido como reajuste.

4. DAS SOLICITAÇÕES

Frente à inexecuibilidade dos preços firmados, devido aos aumentos dos custos de produção do produto e ao fato superveniente descrito viemos, respeitosamente, dentro dos termos do edital e da legislação pertinente, solicitar que:

2894
58

Delly

DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES EIRELI - ME
CHÁCARA 32 GLEBA 5-A PROLONGAMENTO DA RUA TRINDAD, ZONA RURAL, MUNICÍPIO DE
OURO VERDE DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ – CEP 85.933-000.
E-mail: dellydistribuidora@gmail.com
INSC. ESTADUAL: 90727249-49
CNPJ: 25.279.552/0001-01
Tel. (045) 3251-1461

- a) Os valores ofertados e adjudicados no processo sejam reequilibrados, dentro da margem ofertada inicialmente, para **todo o saldo remanescente no contrato**, para os itens descritos na tabela acima;
- b) Se averiguado que não há vantajosidade para a administração manter o valor solicitado no item “a)”, solicita-se, o **CANCELAMENTO** do saldo remanescente, conforme previsto no artigo 78, Inciso XVII da Lei Federal nº 8.666/93.

Por ser expressão de verdade, firmamos a presente. Pede-se deferimento.

Ouro Verde do Oeste/PR, 30 de janeiro de 2023.

Assinado de forma digital por MAICON UILLIANS BACKES:04082514929
DN: c=BR, o=CP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB,
ou=RFB e-CPF A1, ou=VALID, ou=AR.SIGNIT CERTIFICADORA DIGITAL,
ou=Presencial, ou=28445453000140, cn=MAICON UILLIANS
BACKES:04082514929

MAICON UILLIANS BACKES

RG: 7.593.410-6

CPF: 040.825.149-29

Sócio/Administrador

ANEXO 1 REFERENTE A NF 7635

2896
98

IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE MYLAN BRASIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA AV TALMA RODRIGUES RIBEIRO, 147 - PORTAL DE JACARAÍPE 29173-795 SERRA - ES (002) 13385-2500		DANFE DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA 0-ENTRADA 1-SAÍDA 1 000.007.635 SÉRIE 1 FOLHA 1/1	 CHAVE DE ACESSO [REDACTED] Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora
NATUREZA DA OPERAÇÃO Venda merc.adq.receb.de terceiros		PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO [REDACTED]	
INSCRIÇÃO ESTADUAL 082.941.37-8	INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. TRIBUT. [REDACTED]	CNPJ 05.656.727/0001-45	

DESTINATÁRIO			
NOME / RAZÃO SOCIAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAM. BACKES EIRELI - DELLY DISTRIBUIDOR		CNPJ 25.279.552/0001-01	DATA DA EMISSÃO 11/11/2022
ENDEREÇO R PERU., 454		BAIRRO / DISTRITO CENTRO	CEP 85933-000
MUNICÍPIO OURO VERDE DO OESTE	UF PR	FONE / FAX 99988-1182	INSCRIÇÃO ESTADUAL 90.727.249-49
		HORA DA SAÍDA [REDACTED]	

FATURA / DUPLICATA					
0000000001/001 11/11/2022 160.195,00					
CÁLCULO DO IMPOSTO					
BASE CÁLC ICMS 160.195,00	VALOR ICMS 6.407,80	BASE CÁLC ICMS ST 0,00	VALOR ICMS ST 0,00	TOTAL DOS PRODUTOS 160.195,00	
VALOR FRETE 0,00	VALOR SEGURO 0,00	VALOR DESCONTO 0,00	OUTRAS DESP 0,00	VALOR IPI 0,00	TOTAL DA NOTA 160.195,00

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS					
NOME / RAZÃO SOCIAL ACERTA EXPRESS TRANSPORTES		FRETE POR CONTA 0-Remetente	CÓDIGO ANTT [REDACTED]	PLACA DO VEIC [REDACTED]	UF ES
ENDEREÇO Rua Francisco Sousa dos Santos 320		MUNICÍPIO Serra		CNPJ 28.486.039/0001-80	
QUANTIDADE 39	ESPÉCIE Volume	MARCA [REDACTED]	NUMERAÇÃO [REDACTED]	PESO BRUTO 240,750	PESO LÍQUIDO 233,150

DADOS DOS PRODUTOS / SERVIÇOS															
[REDACTED]															
[REDACTED]															
[REDACTED]															
7900255	HEPTRIS 40 MG SOL INJ 10 SER HOSP SD Lote=AB01873B Fab=01/06/2021 Val=31/05/2023 R.ANVISA=1883000760128 - Tipo: BIOLÓGICO - Lista: POSITIVA - Obs: IPI tribut.aliq.zero (cap.30 TIPI) Operacao Tributavel Monofasica - Revenda a Aliquota Zero Operacao Tributavel Monofasica - Revenda a Aliquota Zero				MYLAN	30049099	200	6102	PAC	950	138,10	131.195,00	131.195,00	4	5.247,80

DADOS ADICIONAIS	
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES *INFORMAÇÕES ADICIONAIS DE INTERESSE DO FISCO: Exempt or not due for IPI	RESERVADO AO FISCO

Powered by RacSID - www.racsistemas.com.br

RECEBEMOS DE MYLAN BRASIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA OS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA Nº 000.007.635. EMISSÃO: 11/11/2022 VALOR TOTAL: 160.195,00 DESTINATÁRIO: DISTRIBUIDORA DE MEDICAM. BACKES EIRELI - DELLY DISTRIBUIDOR - R PERU., 454, CENTRO, 85933-000-OURO VERDE DO OESTE-PR		NF-e 000.007.635 SÉRIE 1
DATA DO RECEBIMENTO [REDACTED]	IDENTIFICAÇÃO E NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR [REDACTED]	

2897
98

ANEXO 2 REFERENTE A NF 7829



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

2967
88

PARECER JURÍDICO

INTERESSADO(S): SETOR DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

ORIGEM: DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES EIRELI

OBJETO: SOLICITAÇÃO DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO CUMULADO COM PEDIDO SUBSIDIÁRIO DE CANCELAMENTO DO ITEM Nº 162 - ENOXAPARINA SÓDICA 40 MG/0,4 ML.

RELATÓRIO

Trata-se de solicitação de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro referente ao item do **item Nº 162 - ENOXAPARINA SÓDICA 40 MG/0,4 ML**, cumulado com pedido subsidiário de cancelamento do item supra descrito, cuja licitante que se sagrou vencedora foi a empresa **DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES EIRELI**, registrados na ata do **Pregão Eletrônico nº 20/2022**, com solicitação juntada aos autos, sob a justificativa de que houve aumento de preço do item supra motivado pela pandemia de COVID-19.

Destarte, o Setor responsável solicita a esta Diretoria Jurídica o exame dos autos e a elaboração de parecer jurídico a respeito das providências a serem adotadas pela Administração do CIOP *in casu*.

Teceremos, portanto, considerações acerca da (im)possibilidade do realinhamento do preço nos moldes apresentado ou do cancelamento do referido item, de forma a orientar a decisão da autoridade competente quanto aos procedimentos a serem adotados no sentido de manter a impessoalidade e objetividade no âmbito do referido contrato administrativo.

ANÁLISE JURÍDICA

A empresa peticionante solicita o reequilíbrio econômico-financeiro do item supra, cumulado com pedido subsidiário de cancelamento do referido item, que logrou vencedora na licitação em epígrafe, argumentando que houve um aumento imprevisível, ou, no máximo, previsível de consequências incalculáveis, dos preços do item em tela sendo necessária a recomposição ou cancelamento deste para a manutenção da empresa.

g B 12



Fundamenta a sua exordial com o argumento de que ocorreu um aumento de preço do item em tela sendo necessário, portanto, a sua recomposição, pois a manutenção pelo preço registrado em ata seria inviável para a empresa.

Importante pontuar que o Sistema de Registro de Preço é um processo licitatório em que aqueles interessados em fornecer materiais, equipamentos ou gêneros ao Poder Público, em Ata, pactuam a manutenção dos valores registrados no órgão competente, corrigidos ou não, por um determinado período, e a fornecer as quantidades solicitadas pela Administração no prazo estabelecido.

Inicialmente, faz-se necessário ressaltar alguns importantes princípios aplicáveis ao presente caso, quais sejam, o Princípio da Supremacia do Interesse Público, Princípio da Legalidade, Princípio da Impessoalidade e Princípio da Eficiência.

O primeiro diz respeito à superioridade do interesse público sobre o particular e que todas as ações do Estado devem ter como objetivo alcançar tal necessidade, pois os interesses da coletividade devem sobressair em relação aos individuais. Por esta razão Marcos Bittencourt afirma que *"o princípio da supremacia de interesse público atribui um status especial ao Estado frente ao particular"*.

Quanto à Legalidade, princípio constitucional expressamente previsto no art. 37 da Carta Maior, em decorrência do Estado de Direito, a observância do disposto em lei é obrigatória à Administração Pública, e, neste sentido, ensina Flávia Bahia que *"quanto ao administrador, deverá ser adotado o princípio da legalidade em sentido estrito, pois só é possível fazer o que a lei autoriza ou determina"*. Especificamente em relação às licitações, o Princípio da Legalidade traduz-se no Princípio da Estrita Observância Editalícia, segundo o qual todo o processo licitatório deve guardar estrita observância ao edital.

Já a impessoalidade consiste na ideia de que a atuação pública não pode ter como objetivo beneficiar ou prejudicar ninguém em especial, ou seja, sem discriminações, não devendo ter como mote o indivíduo que será atingido pelo ato administrativo. Segundo Matheus Carvalho *"o princípio da impessoalidade reflete a*

necessidade de uma atuação que não discrimina as pessoas, seja para benefício ou para prejuízo".

O último princípio, qual seja, o da Eficiência, também constitucionalmente expresso, imputa ao Estado a obrigação de produzir bem, com qualidade e com menos gastos, atuando com presteza e objetivando sempre o melhor resultado prático com o menor custo e o menor desperdício.

No instituto da licitação pública verifica-se a aplicação, dentre outros, destes quatro princípios supra destacados, visto que, pela legalidade, a Administração deve ater-se às normas estabelecidas no ordenamento jurídico, previstas nas leis que tratam sobre licitação, em especial o pregão, que, em nome da supremacia do interesse público, determinam como a Administração deverá contratar com os particulares para adquirir bens e serviços, sempre garantindo a impessoalidade na escolha do licitante, realizada através de critérios objetivos previstos na lei e no edital, alcançando, assim, a eficiência.

Sobre o tema, Maria Sylvia Zanella Di Pietro ensina que:

A licitação é um procedimento integrado por atos e fatos da Administração e atos e fatos do licitante, todos contribuindo para formar a vontade contratual. Por parte da Administração, o edital ou convite, o recebimento das propostas, a habilitação, a classificação, a adjudicação, além de outros atos intermediários ou posteriores, como o julgamento de recursos interpostos pelos interessados, a revogação, a anulação, os projetos, as publicações, anúncios, atas etc. Por parte do particular, a retirada do edital, a proposta, a desistência, a prestação de garantia, a apresentação de recursos, as impugnações.

Observa-se que, dentre os atos de responsabilidade do licitante está o da elaboração da proposta, que é o documento que a empresa elabora e apresenta ao órgão para oferecer seu preço pelo produto ou serviço objeto da licitação. A proposta de preço deve ser elaborada de acordo com o edital, levando em conta o objeto da licitação. Além do preço do produto ou serviço, a proposta deve

ABH

CIOP - Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista

conter o descritivo do objeto e comprovar que a empresa tem condições de atender a todas as características solicitadas no edital.

Ao calcular o preço ofertado à Administração, o licitante já deve levar em consideração as variações ordinárias no custo de aquisição do item, visto que tais variações são esperadas ao longo do prazo de validade do certame licitatório. Destaca-se que empreender é sinônimo de assumir riscos, logo não é qualquer situação de desequilíbrio na relação contratual que irá legitimar sua utilização. Por isso é tão importante que o fornecedor seja diligente ao elaborar a sua proposta, levando em conta os prováveis riscos já conhecidos pelo seu mercado.

Importante pontuar que o Sistema de Registro de Preço é um processo licitatório em que aqueles interessados em fornecer materiais, equipamentos ou gêneros ao Poder Público, em Ata, pactuam a manutenção dos valores registrados no órgão competente, corrigidos ou não, por um determinado período, e a fornecer as quantidades solicitadas pela Administração no prazo estabelecido.

Vantagem desse sistema é que, uma vez registrados os preços, não há obrigatoriedade de repetir o certame ou proceder à contratação, o que reduz a necessidade de planejamento de compras e de estoques, durante o prazo de até 01 (um) ano de validade do certame. Assim variações no preço dos itens ofertados são esperadas que ocorram, devendo estas serem consideradas por aqueles que participam do certame em sua proposta, existindo uma diferença entre o lucro real e o esperado.

Deste modo, variações no preço dos itens, são esperadas que ocorram. Razão pela qual para ser possível o realinhamento do preço para o reequilíbrio econômico-financeiro, tem-se que verificar fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis da álea econômica após a sua realização.

Importante também apontar que a pandemia do COVID-19 se iniciou no final de 2019, sendo que em fevereiro de 2020 a União publicou a Lei nº

ABH

CIOP - Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista

Rua Coronel Albino, 550 - CEP 19020-360 Presidente Prudente - SP | Tel.: (18) 3223-1116



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

13.979/2020 estabelecendo as diretrizes gerais para o enfrentamento do surto. Sendo que 11 de março¹ a OMS declarou instaurada a pandemia.

Conjugando o suso exposto, as empresas participantes do processo licitatório não podem alegar o desconhecimento ou a imprevisibilidade da situação econômica eis que o certame ocorreu quando já instituído o cenário de crise. Por tal razão, para ser possível o realinhamento do preço para o reequilíbrio econômico-financeiro, ter-se-ia que verificar fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis da álea econômica após a sua realização e a sua comprovação por meio documental de forma contundente.

Álea econômica corresponde a circunstâncias externas ao contrato, estranhas à vontade das partes, imprevisíveis, excepcionais, inevitáveis, que causam desequilíbrio muito grande no contrato, dando, lugar à aplicação da teoria da imprevisão; a Administração Pública poderia conceder o reequilíbrio.

Conforme o Tribunal de Contas da União:

9.1 A ÁLEA ORDINÀRIA, também denominada empresarial, consiste no 'risco relativo à possível ocorrência de um evento futuro desfavorável, mas previsível ou suportável, por ser usual no negócio efetivado' (Maria Helena Diniz. Dicionário jurídico. São Paulo: Saraviva, 1998, p. 157).

Exatamente por ser previsível ou suportável é considerado risco inerente ao negócio, não merecendo nenhum pedido de alteração contratual, pois cabe ao empresário adotar medidas para gerenciar eventuais atividades deficitárias. Contudo, nada impede que a lei ou o contrato contemple a possibilidade de recomposição dessas ocorrências. No caso de estar prevista, a efetivação

¹ Notícia disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/03/11/oms-declara-pandemia-de-coronavirus.ghtml> Acesso em 13 de julho de 2020

do reajuste será mera execução de condição pactuada, e não alteração;

9.2 A ÁLEA EXTRAORDINÁRIA pode ser entendida como o 'risco futuro imprevisível que, pela sua extemporaneidade, impossibilidade de previsão e onerosidade excessiva a um dos contratantes, desafie todos os cálculos feitos no instante da celebração contratual' (DINIZ, 1998, p. 158), por essa razão autoriza a revisão contratual, judicial ou administrativa, a fim de restaurar o seu equilíbrio original.

Trata-se de um risco intrínseco ao negócio e, neste trilha, tem-se os ensinamentos de Fernanda Marinela, sobre a aplicação da teoria da imprevisão (*rebus sic stantibus*) aos contratos administrativos:

Consiste no reconhecimento de que eventos novos, imprevistos e imprevisíveis pelas partes e a elas não imputados, alteram o equilíbrio econômico-financeiro refletindo na economia ou na execução do contrato, autorizam sua revisão para ajustá-lo à situação superveniente, equilibrando novamente a relação contratual. Portanto a ocorrência deve ser superveniente, imprevista (porque as partes não imaginaram), imprevisível (porque ninguém no lugar delas conseguiria imaginar – algo impensável) e que onera demais o contrato para uma das partes, exigindo-se a recomposição. Em todos os casos, a teoria da imprevisão consiste no reconhecimento de que eventos novos, imprevistos e imprevisíveis pelas partes e a elas não imputados, refletindo sobre a economia ou na execução do contrato, autorizam sua revisão para ajustá-lo à sua situação superveniente.



Conforme as notas fiscais apresentadas, verifica-se que houve aumento do preço dos itens em questão, porém, tal alteração não é considerada imprevisível, e, portanto, deve ser estimada pelo licitante ao elaborar a proposta, não ensejando a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Ademais, conforme estipulado pela cláusula 11.9.1. do edital de licitação: **"REALINHAMENTOS DE PREÇOS NÃO SERÃO ADMITIDOS EM ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS"**.

Quanto ao Parecer nº 261/2020 exarado pela d. Advocacia Geral da União, citado pela requerente para embasar o seu pedido, verifica-se que este não pode ser utilizado ao caso em tela. Como se pode depreender do texto:

72. O que importa, ao menos no âmbito desta consulta em tese, é reconhecer que o elemento causador do distúrbio econômico, ainda que indiretamente, consistiu claramente num evento da natureza (mutação e rápida disseminação de um vírus com taxa de letalidade relativamente alta), sendo que esse evento ou pelo menos os seus efeitos não poderiam ter sido previstos ou antecipados pelos concessionários **quando da apresentação de suas propostas nos respectivos leilões** e tampouco poderiam ter sido por eles evitados. Por conseguinte, parece-me muito claro que a pandemia do novo coronavírus (SARS-CoV-2) é evento que caracteriza "álea extraordinária", capaz de justificar a aplicação da teoria da imprevisão.

73. Porém, é **importante ressaltar que esse reconhecimento em tese não significa necessariamente que os contratos de concessão deverão ser reequilibrados**. Primeiro porque é

1512



possível que algum contrato tenha estabelecido uma alocação de riscos diferente da divisão tradicional entre riscos ordinários e extraordinários. Segundo, porque é necessário avaliar se a pandemia teve efetivo impacto sobre as receitas ou despesas do concessionário. É possível que, em determinados casos, não tenha ocorrido impacto significativo. Esses elementos deverão ser devidamente examinados para que se possa concluir se um determinado contrato deve ser reequilibrado.

Do mesmo modo que é importante apontar que se trata de uma consulta acerca de contratos de concessão realizados pelo Poder Público sendo esta modalidade diferente em relação ao sistema de registro de preço possuindo dinâmicas que não podem ser aplicadas entre estas.

Como o processo licitatório transcorreu integralmente com a pandemia do COVID-19 já instaurada globalmente e com seus efeitos tangíveis em todas áreas, a concessão do reequilíbrio econômico-financeiro necessita de uma justificativa extremamente fundamentada.

Conforme novel decisão do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo:

Sorte distinta não assiste ao 1º Termo de Aditamento, que além de contaminado pelos vícios oriundo ajuste principal, consoante o princípio da **acessoriedade**, não se fez acompanhado da cabal demonstração da ocorrência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis com consequências incalculáveis, posteriores à celebração do contrato, que viessem a alterar substancialmente a sua equação econômico-financeira; tampouco da memória de cálculo para a



definição do realinhamento na ordem de 55% (cinquenta e cinco por cento) .

Como bem registrado pela diligente equipe de Fiscalização, a Prefeitura se ampara no artigo 65, inciso II, "d", da Lei Federal nº 8.666/93, consignando no ato justificatório a existência de requerimento da contratada, "notas fiscais" e "pesquisa de preços junto à mercados, açougues e outros estabelecimentos do ramo". Inobstante provocação específica, não apresentou tais documentos, limitando-se a indicar notícia de jornal com destaque do aumento das exportações a países da Europa e, principalmente, à China, fato que teria pressionado os preços da arroba do boi no mercado nacional (ev.1.4).

Os documentos encartados nos eventos 100.3 e 100.4 do eTC-10472.989.20-1, por sua vez, são datados de 28/08/2020, sugerindo que Administração tenha se ocupado do tema somente após a provocação desta Corte. Ademais, referidas cotações, na melhor das hipóteses, revelariam simples variação sazonal no preço dos produtos, risco típico do negócio, a ser suportado pela contratada, e insuficiente, portanto, para justificar a hipótese de concessão do reequilíbrio econômico financeiro do contrato. TCE-SP Processo nº 00022417.989.19-1; CONSELHEIRO-SUBSTITUTO ALEXANDRE MANIR FIGUEIREDO SARQUIS; julgado em 16 de outubro de 2020.

[Handwritten signature]



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

2976
88

Desta forma, apesar de estar instaurada a pandemia do COVID-19, há a tendência da manutenção do entendimento do Tribunal de Contas, que se aduz a seguinte jurisprudência:

Como se sabe, a ocorrência de variação de preços dos produtos não autoriza que o seu índice seja repassado, de imediato, para o contrato. É preciso que se demonstre que a elevação de preços vai repercutir negativamente na equação inicial da avença, a ponto de romper o equilíbrio econômico-financeiro, o que não ficou evidenciado nos presentes autos.

Deste modo, por se tratar de acontecimento comum e previsível, as oscilações devem ser suportadas pela contratada até o momento apropriado para o reajustamento do preço avençado, ou seja, depois de decorrido o período de 12 meses da última alteração.

E neste caso, não houve observância a tal procedimento resultando injustificado o realinhamento praticado, a título de recomposição da equação econômico-financeira da contratação em apreço, pois, repita-se, não foi respeitada a periodicidade de 12 meses.

Com isso, o reajuste de preços concedido acabou contaminando todos os termos aditivos subsequentes". (TC-1403/002/04 – Tribunal Pleno, Sessão de 18/04/12 – Conselheiro Substituto Antonio Carlos dos Santos.

9812



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

2977
88

Além disso, as decisões do TCU apontam esse mesmo posicionamento, aproveita-se para citar alguns:

Acórdão: 167/2015 – Segunda Câmara

A subavaliação dos preços do orçamento base da licitação não pode favorecer a licitante/contratada em prejuízo da Administração, pois a proposta apresentada deve estar de acordo com o que esta conhece sobre o mercado. Não cabe alegar locupletamento do erário após a efetiva prestação do serviço quando a empresa não apresenta proposta compatível com os preços praticados no mercado. Data da sessão: 03/02/2015. Relator: Raimundo Carreiro.

Acórdão: 2795/2013 – Plenário

O valor do contrato abaixo do de mercado não é causa suficiente para justificar seu reequilíbrio econômico-financeiro, uma vez que essa situação pode decorrer, por exemplo, de estratégia empresarial, de condições oferecidas na licitação ou de aumento de custos provocado pela variação normal de mercado, não se inserindo na álea econômica extraordinária e extracontratual exigida pelo art. 65, inciso II, alínea d, da Lei 8.666/1993. Data da sessão: 16/10/2013. Relator: Raimundo Carreiro.

Acórdão: 7249/2016 – Segunda Câmara

Notas fiscais de fornecedores da contratada são insuficientes, por si sós, para caracterizar qualquer uma das hipóteses legais para o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato (fatos imprevisíveis ou previsíveis, mas de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução ou, ainda, caso de força maior,

gBh

caso fortuito ou fato de príncipe) , que deve estar demonstrada por meio da quantificação dos efeitos que extrapolaram as condições normais de execução e prejudicaram o equilíbrio global do contrato.
Data da sessão: 14/06/2016. Relator: Ana Arraes

Portanto não se vislumbra qualquer fundamento plausível para considerar a proposta do realinhamento do preço, e não há um real motivo para aceitar o argumento de que o alegado “aumento de preço”, uma vez que foram acostadas apenas notas fiscais, sendo que estas não tem o condão de afastar a obrigatoriedade da entrega de outras provas, até porque percebe-se, pela prática, que é comum empresas juntarem comprovantes fiscais um com data da época da contratação com a Administração Pública e a outra que foi emitida pouco antes do pedido de reequilíbrio.

É necessária uma razão factual e não uma simples alteração no preço de seus fornecedores para justificar o reequilíbrio econômico financeiro de um contrato pois a legislação exige, na verdade, a ocorrência de pelo menos uma dessas 4 hipóteses: **a)** fato do príncipe; **b)** fato da Administração; **c)** fato superveniente imprevisível; ou, **d)** fato previsível, mas de consequências incalculáveis. OS DOCUMENTOS PROVAM AS CONSEQUÊNCIAS, mas não às causas, sendo insuficiente para justificar a revisão de preços.

Ademais, não pode a Administração Pública sofrer as consequências pelo desacerto inescusável da licitante, visto que a obrigação de calcular o preço ofertado é do particular e, caso não o faça corretamente, é sobre ele que deverá recair as consequências, sob pena de se estar desvirtuando o instituto da licitação e ferindo os princípios da supremacia do interesse público, da legalidade, da impessoalidade e eficiência.

De modo que não ficou demonstrada a ocorrência de fato superveniente e imprevisto, caso fortuito ou força maior, ou seja, não existe justo motivo para a empresa vencedora de parte do certame, apenas o reajuste do preço por sua fornecedora.

gsm

Ato Contínuo, passa-se à análise do pedido subsidiário de cancelamento, sob a justificativa da requerente de que: houve aumento de preço por causa da pandemia de COVID-19.

Tem como fulcro de sua petição argumentando que ocorreu um considerável aumento de preço dos itens, sendo necessário o seu cancelamento e a liberação da empresa, pois a manutenção pelo preço registrado em ata seria inviável para a empresa e poderia ser responsabilizada por fornecer itens abaixo do preço de mercado.

Como acima mencionado, o Sistema de Registro de Preço é um processo licitatório em que aqueles interessados em fornecer materiais, equipamentos ou gêneros ao Poder Público, em Ata, pactuam a manutenção dos valores registrados no órgão competente, corrigidos ou não, por um determinado período, e a fornecer as quantidades solicitadas pela Administração no prazo estabelecido.

Da mesma forma que no reequilíbrio econômico-financeiro, aplica-se ao pedido de cancelamento a teoria da imprevisão, de modo que o cancelamento dos itens registrados somente poderá ser realizado de forma excepcional, caso haja comprovação da ocorrência de: **a)** fato do príncipe; **b)** fato da Administração; **c)** fato superveniente imprevisível; ou, **d)** fato previsível, mas de consequências incalculáveis.

Ademais, há o registro que vinculará as partes nos modos que se darão as contratações. Sendo este o objeto principal da relação aferida no processo licitatório, o estabelecimento do valor e quantidade que a Administração Pública poderá adquirir no período de vigência da ata, não podendo, portanto, alegar que a Administração Pública está “enriquecendo sem causa”, pois se trata de um instrumento desta para obter os melhores preços de mercado e assim maximizar os dispêndios públicos.

Insta salientar que, o edital do certame, com supedâneo na Lei nº 10.520/2002, que dispõe sobre o pregão, estabelece expressamente quais as sanções aplicáveis aos licitantes, no caso de descumprimento, verbis:

“VIII – SANÇÕES

gsm



8.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o CIOP pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

8.1.1 A execução irregular do contrato, que não resulte prejuízo ao CIOP ou ao Município Contratante, poderá ser punida com Advertência;

8.2. A execução irregular do contrato também poderá causar multa, prevista na forma do item 8.3 e 8.4, nas hipóteses de mora e inexecução do contrato.

8.3. Caso a licitante declarada vencedora se recuse a receber/retirar a Nota de Empenho ou instrumento equivalente, ser-lhe-á aplicada a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total adjudicado, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

8.4. Expirado o prazo proposto para a entrega dos produtos, sem que a contratada o cumpra, iniciar-se-á a aplicação da penalidade de multa, correspondente a 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho ou Ordem de Compra, exceto se a causa

gbr



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

2981
88

for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

8.5. A multa prevista no item anterior será aplicada até o limite de 20 % (vinte por cento) do saldo empenhado, o que não impede, a critério da administração, a aplicação da sanção a que se refere o item 8.1.

8.6 A inexecução parcial ou total do contrato poderá gerar multa de 20% (por cento) sobre o valor não adimplido, sem prejuízo do que concerne o item 8.1, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

8.7 O valor da multa poderá ser deduzido de eventuais créditos devidos pelos Municípios e quando por esta solicitado.

8.8.1 O prazo para pagamento de multas será de 30 (dez) dias corridos, a contar da intimação da infratora, após decisão apenadora.

8.9 Contra os atos de aplicação das penalidades previstas neste título deverão ser respeitados os princípios do contraditório e ampla defesa.

8.10 As apurações acerca de inadimplência contratual serão realizadas pelo CIOP após realizada a comunicação do evento detalhado pela prefeitura participante, com o envio do pedido de entrega.

8.11 As decisões sobre as sanções administrativas serão publicadas no Diário Oficial Eletrônico do CIOP.

g52

8.11.1 Contra os atos de aplicação das penalidades previstas neste título deverão ser respeitados os princípios do contraditório e ampla defesa, abrindo-se prazo de 05 (cinco) dias úteis para Defesa, a partir da intimação, que poderá ser por carta com aviso de recebimento ou correio eletrônico.

8.11.2 Não encontrada a empresa apurada no endereço constante em seu cadastro de CNPJ no sítio eletrônico da Receita Federal para notificação por carta e nem via correio eletrônico, sua intimação se será pelo Diário Oficial Eletrônico do CIOP, bem como pelo Diário Oficial do Estado, sendo considerada intimada após a publicação, para todos os efeitos legais."

Na hipótese do inadimplemento da proposta exarada pela empresa, poderá a Administração Pública aplicar a penalidade máxima sem deixar de observar aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, haja vista que, realizada a licitação na modalidade pregão, a própria lei estabelece tratamento rigoroso ao licitante convocado que não comparece para assinar o contrato, ou deixa de entregar os itens registrados em ata de registro de preços. Isso se deve, porque *"uma das vantagens do pregão consiste exatamente na celeridade que ele confere às contratações do poder público, celeridade que se perde caso o vencedor do certame não compareça para dar execução da proposta"*. (FURTADO, Lucas Rocha. Curso de licitações e contratos administrativos. Belo Horizonte: Fórum, 20074, p. 484).

Aliás, como bem alerta Jessé Torres Pereira Junior (in Comentários à lei de licitações e contratações da Administração Pública. 4. Ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1997. P. 538-539), a recusa do adjudicatário a contratar com a Administração *"frustra o propósito do certame e gera contingência que poderá ser danosa ao interesse público, se outra licitação houver de ser realizada, com a perda de tempo, de recursos e desatendimento às necessidades da Administração"*. É de se considerar que *"ao ingressar no torneio licitatório, cada concorrente deve estar*





CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

2983
48

disposto a contratar. A participação na licitação constitui, para cada licitante, uma declaração da vontade de vir a contratar com a Administração".

Por consequência, não tendo a empresa licitante demonstrado a ocorrência de fato superveniente e imprevisível que justifique o não cumprimento da entrega do item registrado em ata, e não existindo qualquer vício no processo, mister se faz a manutenção do valor registrado e exigência do cumprimento e entrega do item em que a empresa supra referida sagrou-se vencedora, sob pena de aplicação das sanções supramencionadas no caso de descumprimento.

CONCLUSÃO

Ante o exposto e, com fulcro nas considerações acima aduzidas, esta Diretoria Jurídica opina:

- I – Pela manutenção do valor registrado dos itens em que a empresa DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES EIRELI sagrou-se vencedora, sob pena de aplicação das sanções descritas no instrumento editalício, no caso de descumprimento;
- II – Da mesma forma, pelo indeferimento do pedido subsidiário de cancelamento do item, sob pena de aplicação das referidas sanções, no caso de descumprimento;

Por fim, encaminhe-se ao setor de compras, licitações e contratos, obedecendo aos trâmites legais, principalmente dando-se ampla publicidade.

Presidente Prudente/SP, 02 de fevereiro de 2023.

Sérgio Ricardo Stuani
Diretor Jurídico


Elton Rodrigo de Castro Garcez
Assistente Jurídico


Julio Cesar Gratton Pagnosi
Assistente Jurídico

MEMORANDO INTERNO Nº 37/2023

De: Setor de Compras, Licitações e Contratos

Para: Diretoria Executiva

Assunto: Pedido de reequilíbrio econômico-financeiro/cancelamento de item – Pregão Eletrônico – SRP – nº 20/2022

Interessado: DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES EIRELI - ARP Nº 131/2022

Após solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro cumulado com cancelamento, às fls. 2.888/2.898, sobre o item **Nº 162 - ENOXAPARINA SÓDICA 40 MG/0,4 ML**, encaminho o Parecer Jurídico às fls. 2.967/2.983, que opinou pelo indeferimento do pedido.

Presidente Prudente, 03 de fevereiro de 2023



MARCEL DOS SANTOS CARDOSO
Chefe do Setor de Compras, Licitações e Contratos

DESPACHO DA DIRETORIA EXECUTIVA

Assunto: Pedido de reequilíbrio econômico-financeiro/cancelamento de item – Pregão Eletrônico – SRP – nº 20/2022

Interessado: DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES EIRELI - ARP Nº 131/2022

Trata-se de solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro cumulado com cancelamento do item **Nº 162 - ENOXAPARINA SÓDICA 40 MG/0,4 ML**, registrado na Ata de Registro de Preços nº 131/2022, alegando, em síntese, o aumento de preço do fármaco, sendo necessária a recomposição dos valores registrados para que se mantenha o equilíbrio pactuado, o que possibilitaria o seu adimplemento.

Isto posto, acolho na íntegra os fundamentos de fato e de direito esmiuçados no Parecer Jurídico de fls. 2.967/2.983, e **DELIBERO** pelo **NÃO ACOLHIMENTO** da solicitação realizada pela empresa **DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES EIRELI**, CNPJ Nº **25.279.552/0001-01**, ARP Nº **131/2022**, mantendo-se os preços e condições anteriormente previstas, sob pena de aplicação das sanções administrativas previstas.

Publique-se.

Presidente Prudente, 03 de fevereiro de 2023



Maria Heloisa da Silva Cuvolo
Diretora Executiva - CIOP



DESPACHO DA DIRETORIA EXECUTIVA

Despacho da Diretoria Executiva. Assunto: solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro/cancelamento de item. Pregão Eletrônico nº 20/2022. Interessada: **DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES EIRELI - CNPJ Nº 25.279.552/0001-01, ARP Nº 131/2022.** Decisão: Delibero pelo não acolhimento do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro cumulado com cancelamento do **item nº 162 - ENOXAPARINA SÓDICA 40 MG/0,4 ML,** conforme fundamento acostado nos autos. Maria Heloisa da Silva Cuvolo - Diretora Executiva do CIOP. Presidente Prudente, 03 de fevereiro de 2023.

